



A Nova Esquerda americana: De Port Huron aos Weatherman (1960-1969)

Rio de Janeiro: Editora FGV,
2009. (307 p.)

Rodrigo Farias de Sousa

Sean Purdy¹

Fruto de uma dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense (UFF), este livro explora a ascensão e queda da principal organização estudantil nos Estados Unidos na década de 1960, Students for a Democratic Society (SDS). A dissertação foi premiada em 2008 com o Prêmio Pronex/UFF na área de história contemporânea instituído pelo projeto Culturas Políticas e Usos do Passado – Memória, Historiografia e Ensino de História, que reúne pesquisadores de várias universidades no Rio de Janeiro. Um inteligente, bem escrito e detalhado exemplo da crescente produção dos historiadores dos Estados Unidos no Brasil recentemente² certamente será bem-vindo entre professores e alunos da história da América, bem como ao público em geral interessado na história dos Estados Unidos e nos movimentos sociais dos anos 1960.

O livro, porém, sofre de alguns equívocos teóricos, conceituais e historiográficos que enfraquecem o principal argumento do autor – que a SDS e, por extensão, a Nova Esquerda como um todo, foi transformada de um movimento “compatível com a esquerda reformista norte-americana em um grupo revolucionário disposto ao emprego da violência como meio legítimo de combate às autoridades estabelecidas” (p. 22).

Sousa adota a linha historiográfica/política de “culturas políticas”, cujos pioneiros são os historiadores e cientistas políticos franceses René Remond e Serge Berstein. De acordo com essa posição existem amplas e teoricamente

distintas “culturas políticas” ou “sistemas de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política... Um sistema de ideias difusas, presentes mas nem sempre articuladas”³. Portanto, a principal unidade de estudo deveria ser a “cultura política” de determinado bloco político em geral, relacionando partidos e grupos particulares à cultura política como um todo. Esta não se refere estritamente às doutrinas políticas sobre, por exemplo, a natureza do sistema político, social e econômico nos vários grupos de determinada “cultura política”, mas sobretudo aos seus símbolos, costumes, ritos, lembranças e práticas. Emprestando ideias semelhantes do filósofo político Richard Rorty e do historiador norte-americano John Patrick Diggins sobre a história da esquerda nos Estados Unidos, Sousa argumenta que a Nova Esquerda, de fato, pertencia a uma mais ampla e distinta esquerda “reformista e democrática” do século XX nos Estados Unidos, que compartilhava muitos elementos da “velha” esquerda da primeira metade do mesmo século. Portanto, ele analisa a radicalização dos vários movimentos sociais nos Estados Unidos a partir de 1965, em particular a SDS, como uma “queda”, uma ruptura da cultura política reformista existente. E fica bastante claro que Sousa lamenta essa queda.

O livro começa com dois excelentes capítulos sobre o contexto histórico-político e intelectual da Guerra Fria e o nascimento da SDS em 1959-1960. Fornece uma excelente introdução à marcante influência na SDS de intelectuais radicais não marxistas, como C. Wright Mills e Arnold Kaufman, bem como o movimento por direitos civis. Nesse contexto de conformismo na sociedade norte-americana, Sousa destaca a atração de ideias sobre democracia participativa, paz, justiça social, minorias, o papel da universidade e da juventude e as diferenças com a Velha Esquerda, que supostamente se concentrava apenas na luta de classes, nos sindicatos e na classe trabalhadora. O texto traz uma ótima descrição e análise do manifesto da SDS, “A declaração de Port Huron”. O autor corretamente sublinha também a moderação dos primeiros organizadores da SDS, como Tom Hayden, Todd Gitlin, Paul Potter e Al Haber: furtivamente buscando alternativas políticas, os jovens militantes ainda mantinham uma grande fé no liberalismo convencional, no governo de John F. Kennedy e na possibilidade de mudar o mundo dentro do sistema existente de capitalismo liberal. Ainda assim, tiveram de enfrentar a hostilidade anticomunista de socialistas moderados, como Michael Harrington e Irving Howe, que criticaram os jovens rebeldes da SDS por causa do seu apoio parcial à Revolução Cubana e suas políticas antissectárias de aliar-se até com jovens comunistas.

O terceiro capítulo traça a expansão da organização no período de 1962-1966, as graduais mudanças nas suas ideias, a transformação da organização

num grupo de ativistas envolvido em campanhas concretas e as crescentes decepções com o liberalismo. Nele, há detalhadas análises dos documentos, textos e campanhas da SDS, tais como as ambiciosas tentativas de organizar os pobres em cidades como Chicago e Newark. A narrativa de Sousa muda fluidamente entre a história das ideias da SDS, seu crescimento institucional, e a atuação dos principais líderes do grupo. Também nesse capítulo, o autor desvia a atenção da própria SDS para uma descrição de outros eventos paralelos no período, como o Verão de Liberdade em apoio ao movimento por direitos civis, o surgimento de nacionalismo negro e Malcolm X e o famoso movimento para liberdade de expressão no *campus* da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Como o autor destaca, a SDS agora integrava uma ampla e diversa radicalização na sociedade norte-americana, cada vez mais se afastando do liberalismo e das políticas moderadas dos primeiros anos da década.

Em muitos aspectos, o último capítulo, “A virada revolucionária”, é a parte central do livro, pois analisa a transformação da SDS: a concentração do grupo no movimento contra a guerra do Vietnã, a crescente atração por ideias revolucionárias marxistas entre seus membros, os ferozes conflitos internos e a eventual desintegração da SDS no fim da década em várias seitas marxistas-leninistas, além da adesão de um pequeno grupo à estratégia de luta armada. No contexto de uma ampla decepção com o liberalismo do governo norte-americano e a súbita radicalização de todos os movimentos de oposição, o autor relata o enorme aumento do grupo: em 1962, era uma dúzia de núcleos com mais ou menos mil membros; até 1969, a SDS organizou até 400 núcleos com 80-100 mil militantes. Militantes da SDS estiveram entre os líderes do movimento antiguerra em nível nacional e local, além de estar na base de vários outros movimentos e campanhas. As manifestações contra a guerra chegaram a ter mais de 100 mil pessoas, e dezenas de *campi* universitários foram ocupados por estudantes como resultado de diversas questões locais, além da própria guerra.

Tal sucesso, porém, foi desfrutado por pouco tempo, pois o grupo acabou rachando num conflito interno devastador entre os tradicionais liberais não partidários e grupos cada vez mais influenciados pelo marxismo e o nacionalismo revolucionário das lutas anticoloniais no mundo inteiro. Partidos stalinistas como o Partido Trabalhista Progressista (PLP) infiltraram a SDS, tentando transformar a organização num partido revolucionário; muitos outros líderes, inclusive alguns da velha guarda da organização, e militantes de base influenciados por ideias marxistas, não stalinistas, também tentaram radicalizar a organização. Até o fim de 1968, a maioria da liderança da SDS era abertamente revolucionária e conseguiu mudar o foco do grupo para um movimento revolucionário com uma análise classista. Sousa descreve em detalhes esses conflitos internos

entre as facções, os eventuais rachas dentro dos revolucionários, a desintegração da própria organização e a criação do Weathermen, uma facção da SDS que se dedicou a uma pequena luta armada desastrosa por alguns anos, até eles serem esmagados pela polícia. Mesmo assim, conclui brevemente que a herança do movimento estudantil é bastante positiva, pois influenciou diversos outros movimentos, tais como os de mulheres e de homossexuais.

Embora o título assinala que esse livro é sobre “a Nova Esquerda”, a maior parte do estudo concentra-se na SDS e no movimento estudantil, com pouca atenção aos outros setores do movimento, tais como as campanhas por direitos civis, as diversas organizações contra opressão, a guerra do Vietnã, a pobreza e o movimento sindical. De fato, Sousa é mais informativo e convincente sobre o movimento estudantil, pois essa parte do seu estudo é baseada em numerosas fontes primárias do período e na extensiva bibliografia secundária sobre o assunto. Entretanto, os vários desvios no texto sobre o movimento por direitos civis, por exemplo, estão baseados em poucas fontes que não enfrentam os ferozes debates na volumosa historiografia existente. Por exemplo, pintar um retrato estreito das diferenças entre o nacionalismo negro de Malcolm X e o suposto respeitável movimento por direitos civis liderado por Martin Luther King, ignora os argumentos de muitos historiadores sobre a ampla radicalização do movimento negro depois de 1965, inclusive de King, diante das decepções com o governo liberal e a persistência do racismo no país.

Ainda que seja correto não exagerar as diferenças entre a Velha e a Nova Esquerda, o argumento implícito do autor, de que existia uma única esquerda “do mesmo tronco político” reformista é problemático. Em um nível geral de análise podemos apontar as semelhanças das várias esquerdas norte-americanas no século XX, mas, ao não assinalar as diferenças em doutrina, estratégia e tática entre vários grupos e pessoas e ao não mencionar contextos diferentes, corremos o risco de apagar diferenças marcantes e a originalidade de determinados períodos como a década de 1960. O uso por Sousa dos argumentos de Richard Rorty, mais um ex-esquerdista decepcionado, ilustra bem esse ponto. Desafia o raciocínio ao colocar na mesma tradição política, como Rorty faz, o presidente Franklin Roosevelt, a anarquista revolucionária Emma Goldman e o líder sindical negro A. Philip Randolph. Os movimentos dos anos 1960, exibiram algumas semelhanças com a esquerda de outros períodos, mas o contexto político, econômico e social, pessoal, ideias, práticas e resultados, foram únicos. Não é por acaso que a década é fortemente associada na memória popular com o radicalismo, a juventude, a contracultura e a rebeldia social.

Um problema maior é a “narrativa de declínio” que orienta o estudo, isto é, o paradigma “bons anos 1960/maus anos 1960”, argumentando que

os legítimos movimentos sociais da primeira parte da década foram eclipsados no fim da década por um romantismo revolucionário e niilista⁴. Sousa adota as análises pessimistas de alguns ex-integrantes da SDS que mais tarde se tornariam conservadores, como Todd Gitlin, e ignora outras memórias de ex-integrantes como Tom Hayden, por exemplo, que lamenta o fim da SDS e critica o faccionalismo, mas também entende a grave crise política no fim dos anos 1960, a intransigência do estado capitalista e o *stablishment* à atração de ideias revolucionárias. Ironicamente, Sousa analisa muito bem as decepções com o liberalismo, mas não entende por que a crise política entre os militantes do movimento culminou numa ampla radicalização e na adoção de ideias revolucionárias de vários tipos. Afinal, essa história repetiu-se no mundo inteiro nesse período. Além disso, Sousa prioriza a “queda” da SDS e as políticas bizarras dos Weathermen, reificando a “violência” de um minúsculo grupo, mas não aprecia o surgimento de importantes movimentos, campanhas e organizações políticas na primeira parte da década de 1970, influenciados pelo marxismo, que se comprometeram com a transformação social radical, antirracismo e anti-imperialismo, inclusive sindicalistas radicais de base que conseguiram algum sucesso dentro do movimento operário⁵.

Sousa é um historiador muito competente e que inteligentemente traça a interação entre ideias, instituições, contextos e personagens na história da SDS. Na falta de textos em português sobre esse assunto, o livro servirá como ótima introdução aos movimentos sociais dos anos 1960, especialmente o movimento estudantil. Apesar de alguns problemas de abordagem, também é ótimo ponto de partida para a discussão sobre a historiografia dos movimentos sociais e a esquerda nos Estados Unidos.

NOTAS

¹ PhD. História, Universidade Queen's, Canadá. Pós-doutor Universidade de Chicago. Professor Doutor, história da América com ênfase nos Estados Unidos, Universidade de São Paulo. Bolsista da Fapesp e CNPq. Contato do autor: sean_purdy1966@yahoo.ca.

² Veja LIMONCIC, Flávio, *Os inventores do New Deal: Estado e sindicatos no combate à Grande Depressão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; TOTA, Antonio Pedro, *Os americanos*. São Paulo: Contexto, 2009; JUNQUEIRA, Mary Anne, *4 de Julho de 1776: Independência dos Estados Unidos da América*. São Paulo: Lazuli, 2007; KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; e MORAIS, Marcus Vinicius de, *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

³ BERSTEIN, Serge, “Os partidos”, In REMOND, René (Org.), *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, citado no livro em questão, p. 25.

⁴ Para um ótimo balanço historiográfico e os convincentes argumentos contra a narrativa de declínio veja GOSSE, Van, “A Movement of Movements: the Definition and Periodization of the New Left”, In AGNEW, Jean-Cristophe; ROZENZWEIG, Roy. (Org.), *A Companion to Post-1945 America*. Malden: Blackwell, 2006.

⁵ Veja ELBAUM, Max, *Revolution in the Air: Sixties Radicals Turn to Lenin, Mao and Che*. Londres/Nova York: Verso, 2006.